O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 86 - AGOSTO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

I FONAJUC

Magistrados debatem o combate ao crime organizado

PÁGS. 6 E 7

CAMPANHA

TRE/SC incentiva a participação das mulheres na política

PÁG. 7

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória do Desembargador aposentado José Trindade dos Santos

CONTRACAPA

SOLENIDADE

TJ/SC empossa sete novos Desembargadores

PÁG. 5

EDITORIAL

Por uma Justiça forte e independente

É inegável que o protagonismo da Justiça brasileira no combate à corrupção tornou-se ainda mais evidente nos últimos anos. Tamanho esforço foi capaz de promover no País um processo consistente e irreversível de depuração do quadro político, que certamente consolidará a nossa democracia, garantindo, assim, um futuro melhor para todos os brasileiros.

A operação Lava Jato é o exemplo mais recente e emblemático do que a atuação conjunta entre a Magistratura, Ministério Público e Polícia Federal pode oferecer ao Brasil em termos de controle e de prevalência da ética e dos princípios republicanos no trato com a coisa pública. Não é exagero dizer que o trabalho realizado até aqui abalou profundamente o esquema histórico de corrupção envolvendo gente graúda do meio político e empresarial.

É claro que a atuação firme das instituições democráticas não tardaria em ficar sem respostas, que agora surgem com vigor, com o nítido objetivo de desestabilizar e desqualificar o valoroso trabalho realizado até aqui. As decisões judiciais que colocaram os poderosos atrás das grades - não só os envolvidos na Lava Jato, é bom que se diga – incomodaram e ainda vão dar muito trabalho para aqueles que insistem em andar à margem da lei.

Como bem lembrou o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, em recente vídeo veiculado pela entidade nas redes sociais, o que está acontecendo no Brasil também aconteceu na Itália, quando da operação Mãos Limpas: "não havendo meios de impedir as denúncias e as condenações, passam a atacar os órgãos de combate à corrupção", alerta.

> Não é exagero dizer que o trabalho realizado até aqui abalou profundamente o esquema histórico de corrupção envolvendo gente graúda do meio político e empresarial

Mais do que nunca, a Magistratura precisa estar unida para enfrentar os enormes desafios que se avizinham. Pelo seu histórico de coragem e de luta em favor da manutenção do Estado Democrático de Direito e da proteção da cidadania, os Juízes brasileiros haverão de honrar o compromisso assumido com a sociedade, qual seja, o de continuar decidindo de forma justa e independente em todo e qualquer processo judicial sob a sua responsabilidade.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Magistrados catarinenses durante o I Encontro Nacional de Juízes Estaduais, realizado em 2002, em Balneário Camboriú. Entre eles (terceiro da esquerda para a direita), o saudoso Desembargador **Solon d'Eça Neves**.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 86 - Agosto de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

Paternidade: entre a genética e o afeto

Iolmar Alves Baltazar
Juiz de Direito

Quando se trata de filiação, precedentes judiciais são no sentido de que a verdade biológica não pode desconstituir a socioafetiva comprovadamente estabelecida. Isso porque, no fundo, é justamente o elo afetivo que garante doação de amor ao infante e que preserva o núcleo familiar, base da sociedade.

Contudo, diante dos avanços da medicina e da engenharia genética, pensamos não ser mais possível se atribuir um papel secundário à paternidade biológica. Um ente familiar gravemente enfermo é uma situação dramática que mobiliza a todos da família, principalmente quando as possibilidades de cura envolvem compatibilidade de órgãos ou tecidos para transplante. Para tratar casos de leucemias e linfomas, por exemplo, uma das maiores dificuldades consiste em localizar um doador compatível. Parentes próximos têm aproximadamente 25% de probabilidade de serem compatíveis. Fora da família, principalmente em razão da diversidade racial brasileira, o desafio é ainda maior, com chances de se encontrar medula compatível de uma em cem mil.

> (...) é justamente o elo afetivo que garante doação de amor ao infante e que preserva o núcleo familiar, base da sociedade.

Pode ser que o pai biológico, então, detenha compatibilidade imunológica bastante para se buscar a cura de uma neoplasia que anula as defesas orgânicas de um filho, ainda que sob a técnica do transplante haploidêntico. Com isso, temos que constitui Direito Fundamental saber e investigar quem é o pai biológico, para além de questões meramente patrimoniais. O futuro demonstrará a importância desse fato, uma vez que a partir do reconhecimento da cadeia de genes formadores de uma pessoa se poderá curar diversas enfermidades mesmo antecipadamente.

A paternidade socioafetiva e a ascendência biológica, pois, podem e devem coexistir para fins registrais relacionados à filiação, dentro de um atual conceito de multiparentalidade, sendo a solidariedade o fundamento comum entre a genética e a afetividade.

■ **HOMENAGEM** - O Órgão Especial do TJ/SC deferiu, no dia 16/8, por unanimidade, o pedido de aposentadoria do Juiz de Direito Rubens Sérgio Salfer. Ele ingressou na carreira em 1998, começando pela comarca de Mafra. Atuou ainda nas comarcas de Pinhalzinho, São Miguel do Oeste e Criciúma, onde chegou em 2004, permanecendo na referida unidade até a presente data.

Sua trajetória na Magistratura orgulha a Justiça catarinense, seja pela dedicação e, sobretudo, pelo respeito à lei e aos jurisdicionados. O ilustre colega cumpriu com denodo e altivez a sua missão judicante, honrando a toga que vestiu, do primeiro ao último momento.

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

II– OS VINHOS DE ALTITUDE

Prezados leitores, segue a segunda e última parte da história do primeiro vinhedo de altitude de nosso Estado, escrita pelo ilustre jornalista e sommelier JOÃO ALEXANDRE LOMBARDO, em sua obra "SANTA CATARINA À MESA" (Editora Expressão, Fpolis – 2ª ed. – 2009, págs. 16/20). O restante desta saga continua a ser escrito pelas mãos e pelo trabalho dos novos vitivinicultores das três regiões classificadas para a produção dos vinhos catarinenses de altitude: Campos Novos, Caçador e São Joaquim.

"Em 1977, o pesquisador Ênio Schuck trouxe da Califórnia, nos Estados Unidos, dois porta-enxertos ainda não conhecidos no Brasil, aos quais ele dedicara alguns anos de estudos e trabalho para o desenvolvimento. Os "cavalos" foram multiplicados e mostraram-se resistentes a pragas como as que destruíram o vinhedo de Ubaldo. O trabalho de Schuck reacendeu o sonho do advogado e enófilo de Campos Novos, que continuava a revelar a sua paixão pelo vinho em outras atividades. Em 1996 ele havia sido admitido como membro da secular Confraria do Vinho do Porto, de Portugal. No ano de 1999, escrevera um livro sob o título "Vinho, um presente dos Deuses". Todos esses passos o conduziam novamente na direção do terreno que abrigara seu primeiro vinhedo.

"Com base naquele novo porta-enxertos eu reiniciei o vinhedo, em 2000, com 1 hectare da variedade Cabernet Sauvignon", lembra Ubaldo. Sucesso confirmado com a Cabernet Sauvignon, veio a segunda etapa. Em 2002, o vinhedo seria ampliado para três hectares. O vinhedo passou a seis hectares e outras variedades foram plantadas, como a Merlot, Sauvignon Blanc e Chardonnay. Ubaldo atualmente administra os vinhedos com o filho Antonio Augusto, que é juiz de Direito, e a filha Margarita Augusta , médica.(1)

Em 2003 a Epagri elaborou o primeiro vinho do novo vinhedo, através do processo de microvinificação. Em 2004, 2005 e 2006, novas microvinificações de uvas daquele vinhedo foram realizadas. Os bons resultados levaram as uvas a serem utilizadas na elaboração do primeiro vinho grande reserva produzido no Meio-Oeste catarinense, o Pisani-Panceri, fruto de uma parceria entre o empresário Caio Pisani, confesso entusiasta do vinho catarinense, falecido em 2007, e o vitivinicultor Celso Panceri, da vinícola que leva seu sobrenome. A primeira edição do vinho, muito bem recebida pelo público e pela crítica, foi lançada em 2004, com uvas Cabernet Sauvignon da safra 2003 do vinhedo de Ubaldo. Outras safras do vinho foram elaboradas também com as uvas do produtor de Campos Novos.

Em 2007, as uvas do vinhedo tomaram um novo rumo. Elas foram transportadas para o município de Água Doce, região de Caçador, divisa com o estado do Paraná. Ali na vinícola Villaggio Grando, foram processadas 7,5 toneladas de uvas Cabernet Sauvignon, que geraram 5,5 mil garrafas de vinho. No momento em que esse trabalho era realizado, esses vinhos estagiavam em barricas novas de carvalho francês. A chegada deles ao mercado estava prevista para o final de 2008.(2)

Já as uvas da safra 2008 ficariam no território original, no município de Campos Novos. Elas foram vinificadas na Vinicampos, uma cooperativa formada na região para processar os frutos dos 37 hectares de uvas viníferas europeias produzidas naquelas altitudes. Além dos seis hectares de Ubaldo, outros 22 produtores formaram novos vinhedos na região, seguindo o exemplo do precursor. "Campos Novos conta hoje com mais de 30 hectares de viníferas nobres já em início de produção, além de projetos para implantação de vinhedos mais extensos", informa o desembargador. Unidos, os produtores decidiram fundar a cooperativa e construir uma vinícola para uso coletivo, inaugurada no dia 27 de março de 2008.

A Vinicampos elaborou, em sua estreia, 18 mil litros de vinho. Do total, 14 mil litros são de Cabernet Sauvignon colhida do vinhedo de Ubaldo. Os outros 4 mil litros são de Merlot. Destes, 3 mil litros foram elaborados com uvas do desembargador e mil litros foram produzidos com uvas do vinhedo da Estação Experimental da Epagri de Campos Novos. A Vinicampos tem, no momento, capacidade instalada para produzir 100 mil litros de vinhos/ano, mas o projeto prevê ampliação para 300 mil litros, de acordo com o crescimento da produção regional. A Estação da Epagri, sob o comando de Rosier, elaborou ainda 300 garrafas do primeiro Chardonnay produzido com as uvas do vinhedo de Ubaldo.

A determinação de Edson Ubaldo de reconstruir seu vinhedo trouxe a ele os troféus líquidos que tanto desejou. E mostrou que a formação de uma nova região vitivinícola exige determinação, esforços destemidos e até mesmo derrotas momentâneas, em algumas batalhas. O que vale é vencer a guerra maior. Os pesquisadores da Epagri Jean Pierre Rosier e Ênio Schuck destacam o pioneirismo de Ubaldo, ao formar, em Campos Novos, um vinhedo exclusivamente com uvas viníferas, ancorado na aposta e no conceito da vitivinicultura de altitudes.

Ubaldo ainda pensa num nome para seus vinhos, que amadurecem em barricas e tanques.(3) Muito ligado a sua região, ele faz questão de salientar o pioneirismo de Campos Novos na direção tomada pela vitivinicultura catarinense. "Ali nasceu a viticultura de altitude de Santa Catarina. E por razões diversas houve uma certa letargia, paralisia da atividade, até reiniciarmos esse trabalho, posteriormente. Por isso, a nossa produção, nessa região da Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude – Acavitis, vai ser a última a entrar no mercado. É a caçula-anciã dos vinhos finos de altitudes catarinenses", poetiza o também escritor Edson Ubaldo. Ao transformar seu sonho em realidade, ele plantou sementes que ajudaram a fazer brotar uma nova geração de vitivinicultores em outras regiões do estado." (4)

(1) Desde 2010 o vinhedo é conduzido pelo filho mais velho Marco Antonio, Engº Agrônomo.

(2) O vinho – BARÃO DE DEMÉTRIA 2007 - foi lançado em 29/12/2009 na Casa d'Agronômica, a convite do saudoso Gov . Luiz Henrique da Silveira. Esgotou-se em 8 meses.

(3) Além do Barão de Demétria, a partir de 2008 a Vinicampos produz o tinto CAMPANELLO (Cab. Sauvignon), o rosé FLOR DE ROCÍO (Merlot), os brancos IDENTITÀ (Sauvignon Blanc) e CAMPOS NOVOS (variedade Lorena), o espumante rosé LUNA ROSATA brut (Merlot) e o conceituado espumante LUNA CHIARA branco brut (100% Chardonnay), ambos pelo método tradicional francês CHAMPENOIS. A partir de 2013 Ubaldo fez parceria com a Vinícola Kranz para produzir o já consagrado OMERTÀ UBALDO BY KRANZ Cab. Sauvignon, que juntamente com o LUNA CHIARA obteve 90 pontos da revista especializada BON VIVANT.

(4) O trabalho pioneiro de Edson Ubaldo foi reconhecido por seus colegas viticultores, que através da ACAVITIS lhe outorgaram a "Medalha Caio Pisani" (2007), bem como pelo Governo do Estado, ao conceder-lhe sua honraria máxima, a "Medalha Anita Garibaldi" (2009).

**Desembargador aposentado*

APRIMORAMENTO

Inscrições abertas para curso de formação continuada de Magistrados

Em dezembro de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE celebrou acordo de cooperação técnica com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Desta integração advieram importantes avanços, entre os quais se destaca a alteração da Resolução nº 2 da ENFAM, que agora contempla o Direito Eleitoral no rol de conteúdos obrigatórios às formações inicial e continuada de Magistrados.

Na esteira do objeto do referido acordo, qual seja, a cooperação para a "realização de ações cursos e eventos com vistas à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de magistrados em matéria eleitoral", a Escola Judiciária Eleitoral do TSE - EJE/TSE apresenta o Curso de Formação Continuada para Magistrados em Direito Eleitoral, desenvolvido com a colaboração de diversos setores do Tribunal e com os esforços e das Escolas Judiciárias Eleitorais do Ceará, do Mato Grosso, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que atuaram no planejamento pedagógico, na composição do conteúdo e na implementação em formato EaD.

A ação formativa tem 24 horas/aula e será ofertada em formato de educação à distância no ambiente virtual de aprendizagem da EJE/TSE (eadeje.tse.jus.br), sendo todas as turmas acompanhadas por tutores formados pela ENFAM especificamente para este fim. Cumprindo todas as exigências postas pela ENFAM para os cursos oficiais de formação continuada, o curso foi credenciado pela Portaria nº 88/2017 e será válido, por dois anos, para o vitaliciamento e promoção de Magistrados.

O conteúdo está organizado em três unidades, a saber: Ilícitos Eleitorais, Poder de Polícia e Jurisprudência do TSE, que trará consigo temas atuais e controvertidos, a exemplo da propaganda extemporânea e da gravação ambiental. Considerando esta estrutura, o conteúdo do curso restou assim ementado:

Ilícitos Eleitorais. Bens jurídicos eleitorais e direitos políticos. Ilícitos eleitorais. Generalidades. Os códigos penal e eleitoral. Tipos e sanções. Direito processual penal eleitoral. Poder de Polícia. Conceito, conteúdo e limites. O poder de polícia do Magistrado eleitoral. Propaganda político-eleitoral e poder de polícia. Propaganda político-eleitoral: generalidades. Práticas ilegais. Providências a cargo do magistrado eleitoral. Jurisprudência do TSE: a Propaganda Eleitoral Extemporânea (antecipada) e sua caracterização; a gravação ambiental como meio de prova no processo eleitoral; inelegibilidades. A improbidade administrativa e a doação de recursos de forma irregular.

Os temas são os mais recorrentes no exercício da judicatura eleitoral, sendo o curso significativo para a rotina profissional dos Magistrados e para o aperfeiçoamento da jurisdição eleitoral. Em última análise, a iniciativa presta-se a formar uma força de trabalho de magistrados engajados e capacitados, com vistas a realizar as Eleições 2018 com conhecimento técnico e adequado manejo dos recursos institucionais, em alinhamento aos misteres da Justiça Eleitoral.

As inscrições podem ser feitas até o dia 12 de setembro, as quais serão efetivadas em ordem de chegada. Os interessados serão inscritos e informados por e-mail sobre a data da respectiva turma.

■ **RECONHECIMENTO:** Criado em 2016 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), o projeto "Qualifica – Mandato de Excelência" foi reconhecido nacionalmente pelo Concurso de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais, da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE). Os vencedores apresentaram, nos dias 17 e 18 de agosto, em Brasília, as práticas adotadas na eleição passada durante o sétimo Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais.

A ideia de Santa Catarina surgiu durante a presidência do Desembargador Cesar Abreu. De acordo com ele, a equipe técnica do TRE desenvolveu o projeto com a proposta de resgatar a qualidade do serviço público. Entre os objetivos do projeto estão a qualificação dos agentes públicos eleitos, o aprimoramento da gestão municipal, a prevenção de irregularidades e o desenvolvimento de uma visão ampla e integrada da administração, favorecendo a reflexão e o debate sobre ética pública, transparência, eficiência e responsabilidade dos gestores e legisladores municipais.

■ **MULHERES:** O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) lançou, no dia 16/8, a campanha institucional Intitulada "Mulheres na Política - Elas Podem. O País Precisa", que visa incentivar a participação das mulheres na política, tema que configura uma das prioridades da atual gestão do TRE/SC. A iniciativa tem como objetivo promover um maior engajamento das mulheres, destacando a importância de sua presença na política brasileira para a garantia de seus direitos como cidadãs.

Considerando o visível desequilíbrio de gênero nas funções públicas, a Justiça Eleitoral catarinense busca promover uma mudança nesse quadro, por entender que uma maior participação feminina é fundamental para a consolidação da democracia no país. A cerimônia foi aberta pelo presidente do Tribunal, Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, que fez uma breve história da luta das mulheres pelo espaço na política.

SOLENIDADE

Tribunal catarinense empossa novos Desembargadores

FOTO/DANIELA PACHECO TJSC

O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Torres Marques, empossou no dia 18/8, em solenidade realizada no auditório do Pleno do TJ, sete novos Desembargadores. Seis deles são oriundos da carreira da Magistratura e um do Ministério Público por meio do Quinto Constitucional.

A saudação aos empossandos foi feita pelo Desembargador Cláudio Barreto Dutra, que destacou a importância do momento em que a sociedade clama pela moralidade pública e exige um Judiciário forte, com liberdade e transparência. "A ascensão de vossas excelências não representa apenas o corolário de uma carreira, mas também a tentativa de alcançar os ideais republicanos numa carreira justa", enfatizou.

A Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski, falou em nome dos novos integrantes da corte e fez um relato das transformações e dificuldades enfrentadas na carreira. "Hoje estamos renovando o juramento para enfrentar novos desafios. Muito temos a fazer pelo Judiciário para que possamos transformar sonhos de desbravadores em realidade", afirmou a Magistrada.

No encerramento, o Desembargador Torres Marques reforçou que o Tribunal está consciente da responsabilidade e tem o encargo de trabalhar com instrumentos para uma Justiça igualitária. "A atenção popular está voltada para o Judiciário. Vivemos uma era digital, o que faz com que as notícias alcancem repercussão imediata. Faz-se imperioso não esmorecer. Este Tribunal tem sido alvo de fatos de repercussão e temos que nos unir para superar este momento, com ética e transparência", afirmou o presidente.

Conheça um breve currículo dos novos Desembargadores:

Denise de Souza Luiz Francoski, 55 anos, natural de Curitiba/PR, ingressou na Magistratura em 1988, na comarca de Fraiburgo. Em 1990 foi promovida a Juíza de Direito, e atuou nas comarcas de Bom Retiro, Ituporanga, Laguna, Palhoça, São José e Capital. Em 2012, foi promovida a Juíza de Direito de 2º Grau e exerceu a função na Câmara Especial Regional de Chapecó e, como cooperadora, na 3ª Câmara de Direito Comercial.

Artur Jenichen Filho, 59 anos, natural de Indaial/SC, ingressou na Magistratura em 1981, com lotação no Tribunal de Justiça. Em 1985 foi promovido a Juiz de Direito, e atuou nas comarcas de Guaramirim, Pinhalzinho, Xaxim, Itaiópolis, Mafra, Balneário Camboriú e Capital. Alçou ao cargo de Juiz de Direito de 2º Grau em 2012, e exerceu a função na Câmara Especial Regional de Chapecó e na Câmara Civil Especial.

Vilson Fontana, 49 anos, natural de Abelardo Luz/SC, iniciou sua carreira na Magistratura em 1992. Em 1995 foi promovido a Juiz de Direito, e judicou nas comarcas de Pinhalzinho, Maravilha, Porto União, Tijucas e Capital. Até a promoção para o cargo de Desembargador, era titular do 2º Juizado Especial Cível do Fórum Eduardo Luz e integrante da 8ª Turma de Recursos da Comarca da Capital.

Luiz Cesar Schweitzer, 59 anos, natural de Bom Retiro/SC, assumiu na Magistratura em 1993, com lotação neste Tribunal de Justiça. Em 1995 alçou a Juiz de Direito, e atuou nas comarcas de Campo Erê, Sombrio, Campos Novos, São José e Capital. Desde 2013, integrou a Câmara Especial Regional de Chapecó e a Câmara Civil Especial como Juiz de 2º Grau.

Luiz Neri Oliveira de Souza, 55 anos, natural de Caxias do Sul/RS, iniciou na Magistratura em 1992, com lotação neste Tribunal de Justiça. Promovido a Juiz de Direito em 1995, atuou nas comarcas de Seara, Imbituba, Caçador e Lages. Até a promoção para o cargo de desembargador, era titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Lages e juiz da 104ª Zona Eleitoral de Lages.

Norival Acácio Engel, natural de Peritiba/SC, ingressou no Ministério Público em 1986, com lotação na comarca de São Miguel do Oeste. Promovido a Promotor de Justiça titular, atuou nas comarcas de Anchieta, Ibirama, São Joaquim, Xanxerê, Balneário Camboriú e Itajaí. Foi promovido a Procurador de Justiça em 2011.

Paulo Ricardo Bruschi, 56 anos, natural de Serafina Corrêa/RS, assumiu na Magistratura em 1993, com lotação no Tribunal de Justiça. Em 1996 foi promovido a Juiz de Direito, e atuou nas comarcas de Papanduva, Sombrio, Videira, Tubarão e Capital. Em 2012, alçou ao cargo de Juiz de Direito de 2º Grau e judicou na Câmara Especial Regional de Chapecó e, como cooperador, na 1ª Câmara de Direito Comercial.

I FONAJUC

Magistrados debatem panorama da Justiça Criminal no País

Cerca de 250 Magistrados de todo o país lotaram o auditório do Costão do Santinho Resort, em Florianópolis, na noite do dia 10/8, para assistir a abertura do I Fórum Nacional de Juízes Criminais (Fonajuc). O evento, que conta com o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e da Escola Nacional da Magistratura (ENM), tem como foco o aprimoramento da Justiça Criminal e enfrentamento ao crime organizado.

Na abertura, diversas autoridades destacaram a importância do encontro. O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador Torres Marques, ressaltou que o combate à violência e à criminalidade depende de uma maior integração entre os poderes e, especialmente, os órgãos da segurança pública. “Se o crime é organizado, o Estado tem que se organizar ainda mais para combatê-lo”, frisou.

A primeira vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, que representou a entidade no evento, destacou a importância do encontro para o aprimoramento da Justiça. “Não podemos esperar por mudanças legislativas, precisamos trabalhar com os institutos postos. A sociedade e a mídia cobram respostas imediatas. Este encontro mostra que estamos no rumo certo. Não vamos permitir que o aprimoramento do crime supere o da justiça”, afirmou.

A Desembargadora catarinense Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, uma das organizadoras do Fórum, comemorou o sucesso desta primeira edição do Fonajuc. “Quiçá possamos transformar este encontro no primeiro de muitos e lembrar que Santa Catarina foi pioneira em debater o panorama da Justiça Criminal no Brasil”, sublinhou.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Jayme de Oliveira, disse que a Magistratura vive um momento tenso e que, mais do que nunca, a classe precisa estar unida. “Há um movimento muito claro de retaliação ao Judiciário. Não imaginávamos tanta corrupção e tanta gente graúda presa. Isso, claro, tem consequências. Por isso temos que estar unidos para enfrentar os desafios. A sociedade merece um Judiciário forte, firme e independente”, pontuou.

■ **PALESTRA**

Logo após as falas dos integrantes da mesa de abertura, teve início a palestra do Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, que reforçou a necessidade de se proteger o Estado Democrático de Direito. “Nós Juízes criminais somos instrumentos de concretização dos direitos fundamentais e por isso temos que respeitar as garantias dos cidadãos. Isso não significa que não devemos condenar. Temos é que aplicar a lei”, assinalou.

O Ministro também comentou sobre o atual momento político do país. “Este país nem sempre viveu a liberdade. Democracia como esta nós nunca vivenciamos”, lembrou. Acrescentou, ainda, a necessidade de blindar a atuação dos Magistrados das ameaças externas. “Pobre do povo que tem Juízes que julgam manipulados por uma opinião pública influenciada pela mídia”, criticou.

O corregedor discorreu também sobre o excesso de presos provisórios no Brasil, que corresponde a 40% da população carcerária, bem como elogiou as audiências de custódia. “Elas são importantes para assegurar os direitos fundamentais. No momento, temos apenas um embrião, por isso precisamos avançar, ser criativos”, disse.

A primeira noite do Fonajuc encerrou com o lançamento de Livro “Ciências Penais e Juízes Criminais - Volume I”, que conta com a participação dos Juízes catarinenses Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres e Paulo Eduardo Huergo Farah. O evento prosseguiu nos dias seguintes (11 e 12/8), quando foram votados os enunciados desta primeira edição do Fórum.

ELEIÇÕES NO TJ/SC

Dirigentes da AMC e ESMESC visitam candidatos à presidência

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho, e o diretor geral da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, estiveram pessoalmente, no dia 25/8, com os quatro candidatos à presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), os Desembargadores Alexandre d'Ivanenko, Rodrigo Collaço, Cesar Abreu e Ricardo Fontes.

Na oportunidade, os dirigentes da AMC e ESMESC entregaram aos candidatos um ofício no qual expressam a posição histórica da Magistratura estadual, no sentido de permitir a ampla participação de Juízes e Desembargadores no processo de escolha, com possibilidade de exercício do voto por todos aqueles que integram o Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição.

O documento também ratifica posicionamento favorável à presença de todos os Desembargadores no rol de elegíveis. As entidades colocaram, ainda, os seus canais de comunicação à disposição dos pretendentes, extensivo aos membros das respectivas chapas, para expor e discutir propostas, coletar críticas e amealhar sugestões.

Por fim, os quatro Desembargadores foram convidados a participar de um painel de debates sobre a administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, inserido no Congresso Estadual de Magistrados AMC/ESMESC, a ser realizado em Florianópolis, nos dias 30 de novembro a 2 de dezembro deste ano.

TRE/SC aprova plano de rezoneamento

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina aprovou, em sessão administrativa realizada no dia 16/8, o planejamento do grupo de trabalho da instituição em relação ao rezoneamento no Estado. O documento já foi encaminhado para o Tribunal Superior Eleitoral no dia 18 de agosto. As diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais do interior dos estados brasileiros foram dadas pela Resolução TSE nº 23.520/2017.

O referido planejamento foi delineado dentro da realidade do Estado de Santa Catarina e de suas peculiaridades, observando a adequação às normas vigentes e as oportunidades de melhoria. A Justiça Eleitoral catarinense buscou principalmente evitar prejuízos aos eleitores, assegurar as devidas condições para a realização de eleições e a efetiva prestação jurisdicional.

O resultado alcançado consiste na incorporação de zonas eleitorais, na redistribuição de municípios, na mudança de sede e no remanejamento de zonas eleitorais. A implementação do rezoneamento iniciou no dia 28 de agosto em Santa Catarina e terá o prazo de 60 dias para sua conclusão, conforme o disposto na resolução do TSE.

■ **ENTREVISTA** – Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho

O Judiciário: Qual o impacto desta resolução do TSE para a sociedade?

Odson Cardoso Filho: Cada vez mais fica assente que o Brasil precisa de um Judiciário independente, célere e eficaz, como tem sido exemplo a Justiça Eleitoral de Santa Catarina. Portanto, reiteramos que a ordem inicialmente expressa pela Presidência do TSE, com o nítido propósito de desmonte da estrutura, em nada acrescentaria ao Estado Democrático; ao contrário, somente afastaria o cidadão do importante direito de livremente votar. Em paralelo, traria grandes dificuldades para o acompanhamento e fiscalização das eleições, comprometendo o seu resultado.

O Judiciário: Qual a sua opinião sobre o planejamento realizado pelo TRE/SC?

Odson Cardoso Filho: Apesar de sensíveis perdas, o TRE/SC novamente mostrou conhecer a fundo as características e necessidades locais, estabelecendo um rezoneamento criterioso, seguindo as diretrizes definidas pelo Tribunal Superior e, além disso, observando as peculiaridades de importantes centros, como Blumenau, Brusque e Palhoça, e típicas de alguns municípios, como Imaruí. Em que ponto do Estado se encontrar, tem-se a certeza de que Justiça Eleitoral catarinense, referência pelo trabalho de seus Juízes e Servidores, há de continuar firme e vigorosa no fiel cumprimento de sua missão constitucional.

NO JAPÃO

Juiz catarinense participa de curso sobre propriedade intelectual

O Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, diretor geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), participou, entre os dias 19 de julho e 4 de agosto, em Tóquio (Japão), do Curso de Formação para Advogados de Proteção de Propriedade Intelectual, promovido pelo Japan Patent Office (JPO). O curso acontece periodicamente, com o objetivo fortalecer a proteção dos direitos de propriedade intelectual para apoiar os países em desenvolvimento com o treinamento de recursos humanos que se envolvem no sistema de direitos de propriedade industrial.

Neste sentido, o JPO tem convidado operadores do Direito de países em desenvolvimento e emergentes da Ásia-Pacífico, América Latina e África, e realizado programas de treinamento profissional no Japão. Esta última edição, realizada na capital do Japão, reuniu um total de 22 participantes, entre Juízes, Advogados especializados em propriedade intelectual e examinadores de patentes de 11 países. Neste curso, os participantes aprenderam os métodos de julgamento de infrações de propriedade intelectual, e estudaram casos de recursos e julgamentos sobre violações de direitos de marcas e patentes, entre outros.

Além disso, foram feitas visitas à sede de empresas (Fuji-Xerox) e ao Tribunal Superior de Propriedade Intelectual, que funciona junto à Suprema Corte do Japão, onde acompanharam sessões de julgamento e foram recebidos pela Juíza Sanae Kataoka, que forneceu informações sobre o sistema de enforcement daquele País.

Para o Juiz Cláudio, além da importante troca de informações sobre os diferentes sistemas jurídicos dos diversos países participantes, a experiência serviu como um contato com as metodologias ativas utilizadas na capacitação de Magistrados e Servidores que trabalham com uma matéria tão complexa e altamente especializada.

■ **JANTAR:** A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) recebeu para um jantar de boas vindas, realizado no dia 17 de agosto, os Juízes aprovados no último concurso da Magistratura. Na oportunidade, o presidente da AMC, Desembargador Odson Cardoso Filho, colocou a entidade à disposição dos novos colegas, bem como informou aos presentes sobre o andamento dos pleitos de interesse da classe.

Também participaram da reunião a 1ª vice-presidente da AMC, Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, o diretor geral da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, o Juiz Auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Luís Felipe Canever, e o diretor adjunto do Departamento de Comunicação da AMC, Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha.

COLÓQUIO DE INVERNO

Especialistas debatem proposta de Reforma da Previdência

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) reuniu, na manhã do dia 19/8, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), especialistas para debater a Reforma da Previdência. Nesta segunda edição, o Colóquio de Inverno ofereceu aos participantes um debate aprofundado sobre as consequências da reforma proposta e da necessidade de se pensar um sistema que seja sustentável em longo prazo.

Sob a coordenação do Advogado Rogério Duarte da Silva, o encontro contou com a participação do Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Claudio Ladeira de Oliveira e do Advogado Thiago Martinelli Veiga. "Nós não estamos apenas debatendo as consequências de ações que serão fundamentais para o futuro, mas repensando o modelo de previdência. Será que esse é o caminho? Será que temos um debate qualificado dentro das casas legislativas?", ressaltou Silva.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o Professor Claudio Ladeira de Oliveira. Ele criticou o modelo de reforma proposto pelo governo, que, segundo ele, é extremamente desigual, tanto quanto o Brasil. "É inconcebível um sistema que, ao invés de corrigir a desigualdade, a amplia", assinalou. Na sequência, o Advogado Thiago Martinelli Veiga apontou que "a proposta não transformará a previdência, apenas diminuirá os gastos". "Ao pensar num modelo de reforma, precisamos pensar que índices influenciam na previdência, para que tenhamos um sistema sustentável. Índices como a taxa de natalidade e de mortalidade, de empregabilidade, da realidade demográfica, entre outros", explicou.

Segundo ele, para que tenhamos um modelo de Previdência sustentável, o primeiro passo seria desvincular o sistema da realidade demográfica. "A atual proposta não só não resolve os problemas, como cria outros. Ou seja, será necessária uma nova reforma em pouco tempo", afirma.

Ministro Jorge Mussi é eleito para o TSE

Em sessão realizada no dia 23/8, o Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elegeu o **Ministro Jorge Mussi** para ocupar o cargo de membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no biênio 2017-2019. Mussi, que se junta ao Ministro Napoleão Nunes Maia Filho como membro titular indicado pelo STJ na Justiça Eleitoral, substituirá no cargo o Ministro Herman Benjamin a partir de outubro.

Egresso da Justiça de Santa Catarina, Jorge Mussi completa em dezembro deste ano 10 anos de atuação como Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Tido como um dos mais atuantes na Corte, o catarinense tem se notabilizado, principalmente, pela busca constante da resolução de conflitos e pela defesa da conciliação e da valorização das penas alternativas como instrumentos capazes de agilizar a prestação jurisdicional.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Jorge Mussi foi Procurador-Geral do município de Florianópolis (SC) e exerceu o cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). Em 1994, ingressou no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no qual apreciou por mais de 10 anos matérias penais. Entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2006, na presidência do TJ/SC, criou mutirões de conciliação, com índices significativos de resolutividade.

TÍTULO

AMC/AMATRA12 conquista vice-campeonato de futebol

Após quatro dias de disputas, no início do mês de agosto, a equipe da AMC/AMATRA12 conquistou a segunda colocação do XXV Campeonato Nacional de Futebol, categoria livre, organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Realizado na cidade de Foz do Iguaçu, o campeonato contou com 17 estados participantes e consagrou a equipe do Rio de Janeiro como campeã, que venceu a equipe catarinense na final por 2x0.

O time catarinense foi comandado pelo Desembargador Dinart Francisco Machado e chegou à final após um jogo emocionante. Depois de derrotar o atual campeão do torneio, São Paulo, por 2x0, a AMC/AMATRA12 enfrentou o Ceará, que abriu o placar e manteve a vitória de 1x0 até o último lance da partida, quando o time catarinense conseguiu o empate. O autor do gol foi o Juiz Trabalhista Gustavo R. Menegazzi. Nos pênaltis, a AMC/AMATRA12 venceu por 4x2 e garantiu a vaga na final.

Apesar de perder o título para a equipe fluminense, a equipe catarinense conquistou importantes títulos. O Juiz João C. Franco foi eleito o melhor goleiro do torneio e os Magistrados Ezequiel R. Garcia e Gustavo R. Menegazzi foram os artilheiros do torneio. Menegazzi se tornou, ainda, o segundo Magistrado da história dos campeonatos da AMB a receber o troféu de 150 gols marcados num campeonatos da AMB. Atualmente ele possui 158 gols, atrás por apenas dois gols do maior artilheiro da história da AMB, o Magistrado mineiro Estevão Lucchesi de Carvalho (160 gols).

"Foi mais um bela campanha desta forte equipe catarinense, formada pela união da AMC e da AMATRA12, equipe que já alcançou 5 títulos (2010, 2012, 2013, 2014 e 2015), três vice-campeonatos (2005, 2011 e 2017) e dois terceiros lugar (2008 e 2009), permanecendo na liderança do ranking nacional de futebol da AMB", destaca o Juiz Rafael Maas Dos Anjos, diretor de esportes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).

Confira, abaixo, o calendário na área esportiva previsto para o segundo semestre deste ano:

- Campeonato Nacional de Futebol da AMB - sênior e supersênior - 13 a 17 de setembro em Campo Grande/MS;
- Jogos Nacionais da Magistratura - 25 a 29 de outubro - Fortaleza/CE;
- Campeonato Nacional de Tênis - 15 a 18/11 - Bento Gonçalves/RS.

Magistrados participam da Maratona Caixa Beto Carrero

O dia 5 de agosto foi de manter o corpo em movimento e promover a atividade física para os Magistrados, amigos e familiares que participaram da Maratona Caixa Beto Carrero, única prova noturna realizada dentro do maior parque temático da América Latina, em Penha.

Os corredores desafiaram os 42 quilômetros da maratona dentro do parque, em meio às áreas temáticas, brinquedos, animais do zoo e interagindo com os personagens. A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) formou quatro equipes para enfrentar a disputa: AMC1 - dupla masculina; AMC2 - octeto misto; AMC3 - quarteto masculino; e AMC4 - dupla masculina. Entre os Magistrados participantes estavam o casal Rafael Bottan e Viviana Gazaniga Maia, os Juízes Maurício C. Póvoas, Bertha Rezende, Liana Bardini, Caroline F. Bundchen e o Desembargador Jairo Gonçalves.

O Juiz Rafael Maas Dos Anjos, diretor de esportes da AMC, conta que o tradicional evento faz parte do calendário esportivo da entidade, não só pelo grande interesse que desperta, mas também pela bela performance dos colegas Magistrados e seus familiares ao longo dos últimos anos.

Na ocasião, os Magistrados foram assessorados pelo treinador Fabiano Braun, da Floripa Runners, parceira da AMC. Criada em 2009, a Floripa Runners fornece orientação personalizada de caminhada e corrida para todas as idades e níveis de condicionamento. Importante lembrar que a Floripa Runners atende clientes em todo o Estado, cujos treinos são enviados por e-mail aos interessados.

PORTO BELO

Mediação familiar faz primeira dissolução de união homoafetiva

O Serviço de Mediação Familiar de Porto Belo realizou com êxito, audiência da primeira dissolução consensual de união estável homoafetiva registrada na comarca. O casal havia lavrado escritura de união estável em serventia extrajudicial. Na separação, recorreram à mediação familiar disponibilizada gratuitamente pela comarca de Porto Belo. A audiência foi conduzida pelas conciliadoras/mediadoras judiciais Ana Maria Spessato e Daiana Rafaela Bach de Almeida, sob a supervisão do Magistrado titular da 1ª Vara, André Luiz Anrain Trentini.

A comarca de Porto Belo, a exemplo de demais unidades judiciais do Estado, colocou à disposição da população o Serviço de Mediação Familiar. São tratadas em sessões de mediação questões que envolvem separação, divórcio, pensão alimentícia, dissolução de união estável e regulamentação de visitas entre outras.

Se necessário, são realizadas várias sessões até a solução do conflito, servindo de prevenção ao litígio. O serviço conta com o apoio voluntário de advogados, que revisam as petições e esclarecem sobre aspectos jurídicos dos acordos. Os atos ocorrem sob a condução direta do mediador/conciliador judicial, com supervisão do Juiz. O serviço, gratuito, abrange pessoas de baixa renda familiar e atende aos munícipes de Porto Belo e Bombinhas.

Juiz catarinense é indicado pelo STF para assumir uma vaga no CNJ

O Juiz **Márcio Schiefler Fontes** teve seu nome aprovado na tarde do dia 9/8 pelos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para uma vaga no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Há quase 10 anos, a mais alta Corte de Justiça do País não indicava por unanimidade um Magistrado de carreira para o cargo. O STF comunicará em breve a indicação ao Senado Federal, que realizará a sabatina com o Juiz catarinense.

Juiz de Direito em Santa Catarina desde 2005, Schiefler tem no currículo passagens pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, onde é Conselheiro suplente, vaga do CNJ; e atual Membro da Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade. No CNJ, atua como Juiz colaborador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário; e membro da Comissão Executiva do Fórum Nacional Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa. No STF, foi Juiz auxiliar junto ao gabinete do Ministro Teori Zavascki, de 2014 a 2017, com atuação destacada no âmbito da Operação Lava Jato.

Comarca de Xanxerê incentiva apadrinhamento a acolhidos

O Juiz da Vara da Família, Infância, Juventude, Idosos, Órfãos e Sucessões da comarca de Xanxerê, Christian Dalla Rosa, proferiu palestra para a 10ª turma do Curso de Preparação à Adoção, em que abordou aspectos jurídicos da adoção e as implicações decorrentes de adoções realizadas sem a habilitação exigida. Outra questão foi esclarecer e sensibilizar os participantes sobre o projeto Apadrinhamento Afetivo e Apadrinhamento Financeiro dirigido aos acolhidos.

Lançada em 2016, a iniciativa dá aos candidatos à adoção a possibilidade de se tornarem padrinhos de uma criança/adolescente, além de aproximar futuros adotantes ao espaço de acolhimento. O Magistrado afirma que essa escolha pode trazer experiências significativas tanto para os futuros adotantes quanto para os acolhidos, com alteração de perfil desejado, dilatando o critério de idade principalmente.

Assim, o padrinho ou madrinha poderá dar início a um processo de formação de vínculos para além da instituição, possibilitando a essas crianças e adolescentes a satisfação de necessidades que o abrigo não supre, sejam elas afetivas ou materiais.

■ **CONSCIENTIZAÇÃO:** A comarca de Itapiranga participou da campanha "Mulher, viver sem violência" nos dias 21 e 22 de agosto. A campanha, do governo estadual, tem o objetivo de conscientizar a população sobre os direitos da mulher e a violência doméstica, assim como divulgar os serviços públicos existentes para proteção social das mulheres. A programação conta com a presença de um ônibus itinerante que faz a divulgação das informações, e incluiu palestras, com contribuição do Juiz da comarca, Rodrigo Pereira Antunes.

■ **INÉDITO:** Um júri popular realizado no mês de agosto, na comarca de Brusque, teve um conselho de sentença inédito, composto exclusivamente de mulheres. Elas atuaram no julgamento de uma tentativa de homicídio registrada em janeiro de 2016, em que era réu um casal. A sessão foi presidida pelo Juiz Edemar Leopoldo Schlösser, que afirmou ser a primeira vez que conduziu um júri nessa situação. Ao final, o acusado foi condenado a oito anos de reclusão em regime inicial fechado. A ré, por sua vez, recebeu pena de dois anos de prisão em regime inicial aberto, com possibilidade de recorrer em liberdade.

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO DESEMBARGADOR APOSENTADO JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS

"Simplicidade e humildade no exercício da Magistratura"

Foi ainda menino, "um pouco mais que uma criança", que o Desembargador aposentado José Trindade dos Santos descobriu a profissão que queria trilhar. E lutou para alcançar o sonho. Não à toa, ingressou na Magistratura no ano seguinte à formatura em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1972, como Juiz substituto na Comarca de Chapecó. Vasculhando a memória, Santos recorda o exato momento em que decidiu que queria ser Juiz. Foi enquanto assistia a um júri, cujo caso ficou marcado nas lembranças do Desembargador. "Todo estudante tinha a mania de querer reformar o mundo. Eu queria, pelo menos, tentar contribuir com alguma coisa", lembra.

Na época, a decisão pela condenação de um médico indignou Santos, que acreditava que o réu deveria ser absolvido. "Na verdade não se sabia, era questão de simpatia ou não. Mas alguns fatos que ocorreram depois me revoltaram", conta. Desde então, decidiu lutar com afinco contra as injustiças.

E as dificuldades que a vida lhe impôs só o fizeram mais forte. Filho caçula, nasceu em Florianópolis, em 1945. Perdeu o pai quando tinha apenas 45 dias de vida, em decorrência de um acidente de trabalho. Ele e a irmã foram criados apenas pela mãe, que era costureira. Da infância, recorda das broncas dadas pelo tio, que morava próximo, e quem considerava um segundo pai. "Respeitávamos ele e até tínhamos um pouco de medo", diz.

A lembrança da família paterna é da vida dedicada à confeitaria, profissão que nunca pensou em seguir. "A maior satisfação que eu tenho como Magistrado é a própria carreira. Eu gosto e vou gostar até morrer. Se eu pudesse começaria tudo de novo", garante. Por conta da profissão, morou nas cidades de Chapecó, Anita Garibaldi, Urussanga, Xanxerê, Joaçaba e Tubarão. Nesta última permaneceu por 12 anos, antes de retornar para Florianópolis, de onde não pensa mais em sair.

Na Magistratura ele atuou por mais de 40 anos. Santos conta que acompanhou muitas mudanças ao longo dos anos. "Nada foi violento, mas mudou. Na época, as decisões eram extremamente legalistas. Era o que a lei dizia e ponto. Com o passar do tempo deu-se mais liberdade para o Magistrado decidir", explica. Mudanças que ganharam o aval do Desembargador, que acredita que a Justiça percorreu um caminho mais social, em favor das classes menos privilegiadas. "Antigamente era menos mutável. Não havia o código de defesa do consumidor, por exemplo. O que o tribunal dizia era aquilo. Agora não mais, graças a Deus", comemora.

Apesar da trajetória progressiva, o Desembargador ressalta que ainda são necessárias outras adequações para que o Judiciário funcione de forma mais eficiente. Entre elas, a de aumentar as estruturas, principalmente do 1° grau, além da informatização de todo o setor. "Informatização da justiça comum não é só uma questão de querer, é de necessidade. A gama de julgamentos que envolve uma sessão, por exemplo, é muita coisa. É complicado", explica.

A arte de julgar, aliás, nunca foi um peso na vida de Santos. Muito pelo contrário. Ele fala com orgulho da carreira de Magistrado e, após tantos anos de experiência, tem uma visão bastante realista do Poder Judiciário. Para ele, não existe imparcialidade nos veredictos. "Não existe ser uma pessoa na vida pessoal e outra como Juiz. Não tem como separar. Ou se tem um posicionamento pessoal e se tenta trazer para dentro ou não se tem nenhum posicionamento", afirma.

Segundo ele, muitas decisões foram difíceis justamente por este prisma. "No Tribunal, há entendimentos para ambos os lados. Eu tentava me filiar aos argumentos que me convenciam, que não me violentavam. Mesmo que fossem minoritários", diz.

Mesmo com todo este cuidado, Santos reconhece que uma das partes sempre irá se sentir injustiçada. "Um lado vai sempre criticar. Se a causa é ganha pelo A, o A acha ele (o Juiz) um Deus, mas para o B ele é uma porcaria. A valoração é sempre muito peculiar", assume.

Despido de vaidades, Santos sempre teve a humildade como a mola propulsora de seu desempenho profissional. Característica que não lhe permitiu alimentar vaidades ao longo da carreira. Contrário ao senso-comum que vislumbra os Juízes em pedestais, o que Santos chama de "crise de 'juizite'", ele garante que, muitas vezes, a simplicidade é fundamental para o exercício da profissão. Como exemplo, o Desembargador conta que, durante muitos anos, não costumava usar terno e gravata no ambiente de trabalho e que só usava a toga quando havia a exigência de tal formalidade. "Nas comunidades do interior que passei, era algo que distanciava das pessoas. Porque o Juiz acaba se tornando o único de terno e gravata na cidade. Quando eles têm confiança, contam coisas que não estão nos autos. Acho que essa adequação é muito importante", fala.

Tal entendimento, aliado a simplicidade de Santos, fez-no lutar contra a imagem do Juiz como uma figura apática e desinteressada. Aliás, a aproximação da Justiça e sociedade sempre foi defendida pelo Desembargador, que acredita que a sensibilidade é uma característica mais importante para um Juiz do que o seu conhecimento técnico. "Acredito em decisões mais humanizadas. Direito do menor, do adolescente, dos menos favorecidos". Santos, que também passou pela presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de 2010 a 2012, não titubeia quando questionado se a Justiça é, afinal, justa. "Claro que há falhas. À medida que o aplicador da lei é humano, vai haver injustiças", ressalta.

Defensor da justiça e das classes menos favorecidas, Santos tem na decisão colegiada uma de suas maiores frustrações na Magistratura. Ao contrário da decisão monocromática do Juiz, a opinião de três juízes, muitas vezes divergentes, é analisada para se chegar a um veredicto. "Como Juiz você tenta tomar uma decisão de acordo com o teu entendimento pessoal. Em um colegiado é mais em termos definitivos. Se lida com a opinião de três, que muitas vezes são divergentes. Ou seja, pode ser que a decisão que tu julgas a correta não seja a que será tomada. E quando tens a consciência de ter tomado a decisão certa, é muito complicado. Não é ser dono da verdade. É o que entendimento majoritário, às vezes, me violenta", admite.

Recordações negativas, infelizmente, também estão guardadas em sua memória. Dois casos, que ocorreram, coincidentemente, quando atuava em Joaçaba, trazem à tona lembranças ruins de sua carreira como Juiz. Um deles foi um homicídio de um casal de idosos e de seu filho. A brutalidade do caso chocou o então Juiz, que não conseguiu permanecer em silêncio diante do culpado. "Eu falei para ele: 'Se eu fosse teu pai eu te matava, porque tu não és um ser humano, és um animal'".

Outro caso chocou pelo desrespeito. Um casal recém separado brigava na Justiça porque nenhum dos dois queria ficar com o filho. "Falei que um deles tinha que se sacrificar e, no final, um deles mudou de ideia. Mas são coisas que chocam. Porque desrespeito pelo próprio filho é impactante", conta o Magistrado, que é pai de três filhos – Eduardo, Bernardo e Bianca. Devidamente educados e orientados, atualmente o desembargador dedica-se à divertida tarefa de "deseducar" os três netos. Com um sorriso no rosto, Santos explica que mimá-los é o dever de todo avô. "A educação é por conta dos pais. É um gosto muito diferente de ser pai. Adoro essa nova 'função'", entrega.

Apesar dos convites para advogar depois que encerrou a carreira na Magistratura, ele, que atualmente mora no bairro Itacorubi, em Florianópolis, planeja mudar-se para um lugar mais sossegado, onde possa plantar, ou, quem sabe, abrir um antiquário. "Adoro antiguidades. Fico maravilhado com o que as pessoas conseguiam fazer dispondo de poucos recursos. O problema é que não iria querer vender nada, iria querer ficar com tudo para mim. É uma paixão", assume. Não há dúvida de que, após tantos anos de dedicação à Magistratura, ter tal desejo atendido é, por suposto, um presente mais que merecido.